

## **AS FORÇAS ARMADAS CABOVERDIANAS DA NOVA ERA**

### **A NOVA ORGÂNICA E AS INOVAÇÕES DITADAS PELA REFORMA\***

*Pelo Tenente-Coronel Pedro dos Reis Brito*

*“Devemos compreender a importância da melhoria contínua e da renovação em todas as áreas pessoais e profissionais”*

#### **Introdução**

O início do novo século e do novo milénio é, sem dúvida, um momento propício para novas apostas, novos desejos e compromissos e todos – ricos ou pobres, pequenos ou grandes -projectam novos desígnios: sejam pessoais, profissionais ou institucionais.

No caso das Forças Armadas de Cabo Verde, essa ocasião coincidiu com uma situação efectivamente delicada da sua existência - muito questionada e algumas vezes contestada -, logo, era uma oportunidade: ou se partia para uma nova “era” com novas concepções e se preparava para novos desafios ou se sucumbiria sob o peso dos muitos desajustes, carências gerais e uma certa ausência de incentivos. Felizmente, as condições permitiram optar pela primeira alternativa.

A atitude inicial foi analisar a organização. Então, de “lupa” em punho, os principais dirigentes militares, convencidos das potencialidades da sua instituição, esquadrinharam-na, procuraram ao seu nível diagnosticar os males de que padecia, para ver se ela poderia ajustar-se aos novos tempos e ventos ou não, para descortinar nela *inputs*, os germes da modernidade e se possível fomentá-los. Era preciso tudo fazer para salvar a instituição que nascera no fragor da luta de libertação nacional e cujos membros encarnavam as tradições mais sagradas da nação.

De imediato, a análise conduziu a uma conclusão: com a estrutura em vigor, que vinha dos anos noventa, a conjuntura e o baixo nível de motivação dos quadros, as Forças Armadas Cabo-verdianas não se encontravam em condições de continuar a servir o país e cumprir as nobres e importantes missões de que estavam e estão incumbidas; nem de motivar os seus integrantes. Impunha-se, portanto, modificar e readaptar a sua estrutura aos novos paradigmas, introduzir metas para incentivar o brio profissional. Essa abordagem, como é natural, tem preceitos e riscos especiais. Mas, sobretudo, essa abordagem exigia coragem e orientações claras. O processo mais curto e óbvio seria recolher, do passado, os valores e as experiências positivas, recuperando-os ao mesmo tempo que se deveria rejeitar os erros e os aspectos negativos, bem como ser capaz de introduzir correcções lá onde fosse possível e aconselhável.

Claro que, fosse qual fosse o modelo de organização e de estrutura desenhada, não se iria chegar a resultados desejáveis ou esperados se as opções adoptadas não tivessem, em devida consideração, os conceitos e parâmetros científicos

organizacionais ou se não atingisse o âmago dos quadros.

Para uma melhor percepção importa reflectir um pouco sobre os conceitos. De facto, em todos os quadrantes, quando se fala de organização<sup>1</sup>, há várias que, pelo seu passado e vivência, são exemplo e muito contribuíram para o desenvolvimento desse ramo do saber, entre elas, não há dúvidas, a Igreja Católica e a Instituição Militar, ambas muito hierarquizadas e tradicionalistas, constituem exemplos destacados pelo grau de desenvolvimento organizacional e estrutural<sup>2</sup>. Reconhece-se, no entanto, que a segunda, graças a evolução que a ciência e a tecnologia conheceram e, ainda, aos investimentos que recebeu, tem sido mais dinâmica e flexível.

Como a estrutura orgânica das FA em vigor vinha dos anos noventa, é claro que não se encontrava completamente adequada. Impunha-se, portanto, modificar e modernizar. Essa abordagem tem preceitos especiais e uma delas é percorrer o passado e recolher as experiências positivas e as negativas, recuperando as primeiras e rejeitando ou alterando as segundas; outra é não se deixar empolgar em demasia por certas teorias e concepções que aplicadas de forma absoluta acabam descaracterizando a organização. Um exemplo crasso desse último postulado é a ideia de transpor “*ipsis verbis*” para a organização e gestão das Forças Armadas uma concepção meramente empresarial<sup>3</sup>, defendida nos anos 60 pelo Secretário de Estado Norte-americano **Roberto MacNamara**<sup>4</sup>.

### **A Génese da nova Orgânica – As linhas gerais da Reforma das FA e das GOCESDN<sup>5</sup>**

A ideia de reforma das Forças Armadas, como preconizou o Programa do Governo, em 2001, enquadra-se, naturalmente, no projecto geral de Reforma do Sistema de Segurança Nacional e de Reforma do Estado. Se a Reforma do Estado assenta na Agenda da Transformação, cujos pressupostos são “*a construção de uma nação globalmente competitiva, com ênfase nos serviços; o desenvolvimento de sectores económicos chave ... e serviços (tecnologias de informação e comunicação e Financeiro); e a Modernização da sociedade e das instituições*”<sup>6</sup>; a Reforma das Forças Armadas tem como vectores principais a racionalização, a melhor operacionalidade e a utilidade das Forças Armadas. Na mente de alguns quadros militares essa reforma vinha há muito sendo acalentada como a melhor forma de continuarem a servir ao país, pois reconhece-se que a situação que se vivia no

<sup>1</sup> **Organização** - É a coordenação de diferentes actividades de contribuintes individuais com a finalidade de efectuar transacções planeadas com ambiente. A Organização informal tem sua origem na necessidade do indivíduo de conviver com os demais seres humanos. Esse conceito utiliza a noção tradicional de divisão do trabalho ao referir-se às diferentes actividades e à coordenação existente na organização e refere-se às pessoas como contribuintes das organizações.

<sup>2</sup> **Estrutura** – Um certo numero de funções que constituem interacção entre o eu e o meio ligadas de tal modo que a sua coerência manifesta uma intencionalidade imanente subjectiva do nexo psico-estrutural que é dado experiência interna.

**Cultura organizacional** - Sendo a cultura aquilo que dá identidade ao homem e o seu carácter, molda suas crenças. Em toda organização existem códigos, formais e informais, com raízes históricas têm grande peso na administração, que tentam ajustar ou modificar o núcleo do carácter, de crenças e pressupostos básicos, dentro das organizações. A cultura organizacional existe em diferentes níveis e refere-se também ao funcionamento interno e à forma como a organização encara o ambiente externo, além disso procura alterar o comportamento das pessoas em função dos interesses da organização.

<sup>3</sup> In “O Militar e o Cidadão” Jornal do Exercito nº 549, Março2006

<sup>4</sup> Robert Strange McNamara (nascido 9Junho1916), executivo empresarial americano e oitavo Secretário de Estados Unidos de Defesa dos Presidentes Kennedy e Johnson durante a Guerra de Vietname.

<sup>5</sup> GOCESDN – Grandes Opções do Conceito Estratégico de Segurança e Defesa Nacional

<sup>6</sup> Pilar “Boas Governação” documento de suporte da Reforma do Estado

interior dos quartéis era pouco prestigiante para todos.

Esse Projecto de Reforma nasce, por um lado, da constatação pela Instituição Castrense e da tomada de consciência da maioria dos seus integrantes de que a situação tinha que ser alterada ou seria a derrocada; por outro lado, foi ditada, também, pelas orientações definidas no Estudo sobre as Forças Armadas que viria a enformar o Projecto e que seria aprovado pelo Governo e retomado nas “Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa e Segurança Nacional”.

Vislumbra-se, com suficiente clareza, no Projecto que visa, sobretudo, preparar a Instituição Militar para os novos desafios e ameaças à segurança do país, identificá-las e adequá-la ao novo século e aos novos tempos, onde não se pode apenas estribar naquilo que a lei estabelece: todos têm de dar algo mais e ser produtivos. Efectivamente, pela gravidade, extensão e modo globalizante das novas ameaças, bem como pelo seu carácter não-estatal e extra-territorial expandem-se – no sentido e no outro - além fronteira, exigindo Forças Armadas melhor preparadas e equipadas, o que não se poderia conseguir no estado das coisas e, neste âmbito, a cooperação impõe-se, pois, tão pouco, o país tem condições para responder eficazmente aos novos desafios portanto, os parceiros são indispensáveis para a implementação da segurança cooperativa.

Também, esse Projecto surge porque, de facto, assim o determina a Lei nº. 89/VI/2006, de 9 de Janeiro, “**Que define o Regime Geral das Forças Armadas**” sendo, já, esta lei uma decisão decorrente da nova arquitectura desenhada para as FA e para o sistema de segurança do país, em geral. Com efeito, no seu artigo 22º, esse diploma estabelece “(...) **que o Governo desenvolverá ... o regime geral contido na presente lei.**”; deve-se entender que esse desenvolvimento consubstancia-se, basicamente, na aprovação e implementação da nova orgânica. Ainda, como diz a nota justificativa, “**O presente projecto de Diploma Orgânico das Forças Armadas é um decreto-lei de desenvolvimento do Regime Geral das Forças Armadas (...) que pretende densificar os princípios já assumidos no Regime Geral, partindo da experiência acumulada e na base das orientações preconizadas pela reforma da instituição (...)**”<sup>7</sup>.

Por fim, o Projecto responde a imperiosa necessidade de revisão da lei orgânica então vigente: o Decreto-Legislativo nº. 8/93, de 29 de Junho, que **definia a organização global e o quadro de efectivos das Forças Armadas** e que já contava com mais de dez anos, portanto, encontrava-se bastante desadaptado em vários aspectos, principalmente na estrutura, favorecendo os que questionavam a utilidade da instituição castrense.

Obviamente que, com mais de uma dezena de anos de vigência, como já se referiu, a lei que regulava a organização das FA estava ultrapassada e bloqueava, o seu funcionamento em todos os domínios, causando algum desanimo nos quadros mais interessados. Igualmente, o processo de reforma das FA, em curso, enquadra-se no plano mais amplo do conjunto de medidas de política que pretendem preparar as FA para o novo ambiente de defesa e segurança do país, que deu origem a situações operacionais completamente novas para todas as forças armadas e para as quais urge preparar, gizar soluções adequadas e desenhar respostas eficazes.

Assim, não se pode esquecer que, decorrente do actual contexto mundial e dos

---

<sup>7</sup> Decreto-Lei nº 30/2007, de 20 de Agosto – “Estabelece a organização e os quadros das Forças Armadas” – publicado no Boletim Oficial nº 31 I Série, de 20 de Agosto

compromissos do país, na arena sub-regional e internacional, as Forças Armadas cabo-verdianas devem estar, cada vez mais preparadas, para intervenções externas, quer em exercícios, quer em missões paz, e a estrutura e o nível organizativo então existente não propiciava nem estimulava tal actuação.

Em resumo, esses seriam os principais pressupostos e propósitos, internos e externos, objectivos e subjectivos, que nortearam as linhas orientadoras, os conceitos, e o desenho do ante-projecto de diploma orgânico das FA que vamos aqui analisar.

## Processo de preparação do Diploma

Como se costuma dizer, não interessa tentar “inventar a bicicleta” quando já podemos comprar uma. Desta postura partiu o autor do projecto de Lei Orgânica da Forças Armadas. Por isso, para se poder obter o melhor resultado, isto é, elaborar um projecto de diploma que se queria moderno, apesar da sua complexidade, o Ministério da Defesa e o Estado-Maior apoiaram-se em experiências de diversos quadrantes e em estudos anteriormente elaborados com vista a encontrar soluções e propostas inovadoras, adaptadas e adaptáveis às nossas Forças Armadas, mas também ao país.

Objectivo número um: conseguir um desenho que, sem inflacionar a instituição, com estruturas e pessoal, nem aumentar os custos ou os processos organizacionais e de funcionamento fosse, a um tempo, opção flexível, adaptada, integrada e trouxesse respostas às necessidades constatadas e as “equações” formuladas.

Em todo o processo, foram decisivos os estudos sobre: “O alargamento dos postos nas Forças Armadas”, “As *Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Segurança Nacional*” e a “a Proposta do *Conceito Estratégico de Defesa Segurança Nacional*”, as propostas de lei da “Defesa e Segurança”, a criação do “Serviço de Informações da República”, o “Regime Geral das Forças Armadas”, entre tantos outros.

O passo seguinte, foi a elaboração dos “***Termos de Referência para a reorganização das FA***”, pelo Estado-Maior. Neles foram incluídos o essencial das inovações e alterações à estrutura orgânica, às missões e atribuições e outros parâmetros importantes para se obter uma organização moderna, coerente, flexível, mais útil à dimensão do país, às ameaças e aos desafios.

Este documento, diga-se em abono da verdade, de grande qualidade e, por si só, muito inovador, foi apreciado favoravelmente e enriquecido pelo Conselho Consultivo<sup>8</sup> do Ministério da Defesa Nacional e recomendou que, logo em seguida, fosse elaborado o ante-projecto de diploma orgânico das Forças Armadas, propriamente dito com base nos objectivos que os “***Termos de Referência***” definiam.

O projecto, que contém um total de 42 artigos, distribuídos por 11 capítulos, foi apresentado ao Ministério da Defesa, pelo Estado-Maior das FA, no âmbito das competências estabelecidas na Lei Orgânica do Ministério. Este alvo de apreciação no Ministério da Defesa Nacional e na Reunião dos Altos Representantes, que o consideraram satisfatório e respondendo às directrizes pré-estabelecidas. Iremos,

---

<sup>8</sup> Reunião do Conselho Consultivo do MDN de 02/07/2007

em seguida, percorrê-lo procurando, do nosso ponto de vista, destacar as inovações que apresenta e as suas virtudes.

## **O Projecto da nova Orgânica visto na generalidade**

1. O Projecto aprovado pelo Conselho de Ministros, apesar da Nota Justificativa<sup>9</sup> ser bastante elucidativa, importa realçar, que é uma demonstração inequívoca da capacidade criativa e inovadora das FA de se adaptar e acompanhar o ritmo, a nova dinâmica e o desenvolvimento do país e do Mundo, pois, os quadros superiores da Instituição, despreziosamente, conseguiram agir, sugerir e influir no sentido de modernizar sua instituição, com atitudes positivas, construtivas e de engajamento com a reforma iniciada em 2001.

Sem dúvida, o Projecto apresenta uma organização e estrutura modernas, consistentes e coerentes que assumem, de forma enérgica, as missões e as novas atribuições das Forças Armadas estabelecidas, quer na Constituição, quer no âmbito da reforma, ou, ainda, determinadas pela conjuntura internacional. Procura-se, através dele, dotar a instituição militar de capacidades que lhe permitem continuar a dar respostas eficazes e eficientes às suas missões, ao mesmo tempo que se melhora a inserção das Forças Armadas e dos militares na sociedade e se criam melhores perspectivas quanto à possibilidade de actuação na arena internacional.

Procura-se, primeiro, evitar a percepção errada que algumas pessoas e sectores da sociedade têm do papel da Instituição e dos seus integrantes, por desconhecimento, desinteresse ou motivos filosófico-políticos; e segundo, alargar o âmbito das missões da organização, que estas não se cinjam à estrita defesa militar do país, tornando-as “letra morta”, num certo sentido, ou mitigadas apenas por instrução e treino regulares sem efeitos imediatos.

O Projecto responde, igualmente, a critérios de maior credibilidade, viabilidade e utilidade da instituição castrense, exigências de qualquer instituição moderna, particularmente para uma instituição como a nossa, cuja missão primária é “ (...) *a execução da componente militar da defesa nacional... e assegurar a defesa militar da República contra qualquer ameaça ou agressão externas.*”<sup>10</sup>. É assim, por exemplo, que os órgãos centrais são reduzidos a dois: os comandos do pessoal e da logística.

2. Do ponto de vista sistémico, respeitando estritamente os conceitos e princípios organizacionais e legísticos, o Projecto apresenta-se dividido em onze Capítulos, com 42 artigos, sendo de destacar, pela sua importância institucional, os capítulos: II – Estrutura e Organização, com 5 artigos; IV – Estado-Maior das Forças Armadas, com 7 artigos; e V – Órgãos Centrais de Comando, com 3 artigos, esses capítulos representam cerca de 50% do diploma e define, sem sombras de dúvidas, o essencial do mesmo.

Detalhando, para melhor se perceber a nova configuração dada às FA cujas missões se pretendem ser mais ajustadas, modernas e flexíveis à nova realidade e

---

<sup>9</sup> Na Nota Justificativa, lê-se que: “O presente projecto de Diploma Orgânico das Forças Armadas é um decreto-lei de desenvolvimento do Regime Geral das Forças Armadas (Lei nº 68/2006, de 9 de Janeiro) que pretende densificar os princípios já assumidos no Regime Geral das Forças Armadas, partindo da experiência acumulada e na base das orientações preconizadas pela reforma da instituição...”

<sup>10</sup> Constituição da República, Artigo 244º

aos novos compromissos e desafios.

No Artigo 2º, epígrafado “**Estrutura**”, as FA apresentam-se, pela primeira vez, dividida em dois ramos: a **Guarda Nacional (GN)** e a **Guarda Costeira (GC)**. A primeira é **constituída pela Polícia Militar, os Fuzileiros Navais, Unidades de Artilharia e, residualmente, a Infantaria** necessária ao apoio logístico. De facto a GN é desenhada para melhor garantir a defesa dos pontos estratégicos e essenciais ao país, como os órgãos de soberania, e por outro lado, permitir uma intervenção eficaz e de qualidade na segurança interna. A segunda integra as **Esquadrilhas Navais e Aéreas e a Unidade de Abordagem** (força de apoio à fiscalização costeira), que foi reconfigurada para melhor responder as demandas que o espaço marítimo nacional exige, desde a fiscalização à protecção dos recursos marinho, passando pelas operações SAR.

O Artigo 6º, intitulado “**Organização**”, diz no seu parágrafo nº 1, que “**A organização das Forças Armadas compreende: o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA), o Estado-Maior das Forças Armadas, os Órgãos Centrais de Comando, os Órgãos de Consulta, os Órgãos de Implantação Territorial e os Elementos da Componente Operacional do Sistema de Forças.**”

### **As Inovações e as novas soluções da Nova Orgânica – Inovar para melhores resultados**

Como se referiu atrás, a Nova Orgânica apresenta inovações de vulto e soluções mais adaptadas ao país, cujo espaço marítimo é 175 vezes maior do que o terrestre, que conta apenas com 4.033Km<sup>2</sup>. Soluções, também, apontadas no Documento que define os objectivos da Reforma das Forças Armadas<sup>11</sup>, elaborado em 2002, na sequência dos trabalhos da Comissão criada para diagnosticar a situação da Instituição Militar e projectar as medidas necessárias.

No respeitante às estruturas, a maior inovação é, com certeza, a divisão das Forças Armadas em dois ramos, sendo um deles a Guarda Costeira que foi remodelada na sua doutrina, concepção e estrutura e o outro a Guarda Nacional, uma estrutura completamente nova em Cabo Verde, que, apesar de existir alguma semelhança, nada tem a ver com as chamadas “Guarda Nacional” ou equiparadas dos países ocidentais.

A Guarda Nacional<sup>12</sup> merece mais algumas palavras. Efectivamente, ela é o resultado de uma profunda reflexão levada a cabo, **na busca da melhor estrutura para as FA, que durante muito tempo teve no Exército a sua maior expressão.**

---

<sup>11</sup> É objectivo da reforma alargar o papel das Forças Armadas na sociedade e estabelecer um quadro das suas missões em tempo de paz condizente com esse novo papel, uma vez que em tempo de guerra as missões das Forças Armadas são bem definidas. Estas missões em tempo de paz visam o reforço do desempenho das funções do Estado em áreas como a segurança interna, a autoridade marítima e a protecção civil, cuja participação das Forças Armadas é determinante, ou então tem-se revelado de grande utilidade.

Constitui, também, objectivo desta reforma dotar as Forças Armadas de um modelo organizativo e de uma estrutura que lhes permitam cumprir as suas missões em tempo de paz ao mesmo tempo que se preparam para a eventualidade de qualquer intervenção em momentos de crise.

Pretende-se, ainda, equacionar o reequipamento das Forças Armadas de forma a que possam dispor dos meios materiais para o cumprimento das missões que lhes forem confiadas em tempo de paz e bem assim, introduzir as alterações necessárias para a compatibilização dos meios humanos e da sua gestão ao novo tipo de forças armadas que se pretende. – In Documento de Reforma das FA

<sup>12</sup> Artigo 4º da Lei Orgânica

**Havia que encontrar o melhor meio de transformá-las e de lhes permitir participar no sistema de segurança do país, seja apoiando a policia no combate a criminalidade urbana, seja no combate a criminalidade organizada, dando-lhes, deste modo, maior utilidade.**

Em suma, a Guarda Nacional e a Guarda Costeira permitirão ao país dispor de umas forças armadas mais aptas para a luta contra o terrorismo, o tráfico de estupefacientes e de armas, a emigração clandestina, o contrabando e outras formas de criminalidade organizada, a fiscalização e o exercício da autoridade marítima, ao mesmo tempo que, podem reforçar a sua contribuição na protecção do meio ambiente, do património arqueológico submarino, na prevenção e repressão da poluição marítima e no sistema nacional de protecção civil.

Numa atitude deveras inovadora e racional, o cargo de Comandante da Guarda Nacional é atribuído, cumulativamente, ao Vice-CEMFA.

Outra inovação, de relevo, é a redefinição do Estado-Maior, desta feita concebido como o órgão de estudo, planeamento e apoio ao CEMFA<sup>13</sup> no exercício das suas funções de comando, direcção e inspecção, contrariamente à concepção anterior que enfraquecia, sobremaneira, o seu carácter de órgão conceptual e de planificação. No novo Estado-Maior, dirigido pelo Vice-CEMFA, encontram-se os organismos e serviços que facilitam o cumprimento das funções, como o Comando Operacional das Forças Armadas (COFA), o Centro de Planeamento Estratégico-Militar (CPEM), o Centro de Operações do EMFA (CO), a Inspecção<sup>14</sup>.

É no Artigo 12º da Nova Orgânica que se define o **“Comando Operacional das Forças Armadas (COFA)”** e se apresentam as suas atribuições e composição, dizendo – resumidamente – que: **“(…) destina-se a permitir ao CEMFA o exercício do comando operacional das Forças Armadas bem como das forças de segurança, (...), quando, nos termos da lei, essas sejam colocadas na sua dependência.”** Isto representa apoio especializado e multifacetado no exercício da função comando.

Outra inovação, digna de ser assinalada, é a nova composição dos órgãos centrais de comando. Esse diploma cria os Comandos de Pessoal e de Logística, e estabelece que asseguram a superintendência e execução em áreas ou actividades específicas importantes, como são os recursos humanos e os recursos materiais e financeiros. Assim, o Comando do Pessoal<sup>15</sup> é responsável pela: **“(…) administração do pessoal, formação, justiça, disciplina, saúde, acção cívica e patriótica.”**; e o de Logística<sup>16</sup> responde pela: **“(…) administração financeira, administração do material, infra-estruturas e transmissões.”**. Essa reorganização, para além de respeitar, estritamente, o princípio de racionalidade, contribuirá para a melhoria da gestão, principalmente, no que tange aos recursos materiais e financeiros, pois reduz os circuitos e processos de decisão e permite uma gestão integrada.

O **“Comando de Pessoal”** traz outras novidades como a concentração de estruturas, órgãos e serviços, que têm a ver com os recursos humanos; a criação da **“Direcção dos Serviços de Acção Cívica e Patriótica”**, que se ocupará do

---

<sup>13</sup> CEMFA – Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas

<sup>14</sup> Ver artigos 10º a 16º do Capítulo IV da mesma lei

<sup>15</sup> Artigo 18º da lei já mencionada

<sup>16</sup> Ver Capítulo V, Artigo 17º da Lei orgânica

trabalho de formação cívica e a actividade sócio-cultural com os quadros e com a tropa, em geral; a criação, também, da **Escola Militar**, responsável pela preparação e formação nas suas diversas vertentes.

Com relação à proposta de alargamento de postos e o consequente aumento dos efectivos – outra inovação de relevo e que responde às expectativas e ansiedades do quadros – decorre do se disse quanto à modernização e à nova dinâmica da instituição, a melhor estruturação das carreiras, aliado ao aumento das responsabilidades internas e internacionais.

No entanto, neste domínio, – partindo do princípio de que a defesa nacional é um produto, - isto é, que a paz, a estabilidade e a tranquilidade sociais necessárias ao desenvolvimento têm de ser construídas (produzidas) pelas instituições, específicas e especializadas, e não se obtêm sem investimentos adequados, ainda que mínimas, – considera-se que a Nova Orgânica persegue três objectivos, todos importantes, na actual conjuntura: em primeiro lugar, ter o pessoal necessário e suficiente para as importantes missões arroladas; em segundo lugar, dispor de quadros competentes para assumirem os desafios, os diversos cargos e funções; e, em terceiro lugar, garantir aos quadros, nas diversas classes e categorias, uma carreira mais aberta e minimamente aliciante.

Como se pode ler, na Nota Justificativa, sobre esta matéria, ***“A estrutura e organização propostas contribuirão, também, para uma melhor clarificação e projecção das carreiras permitindo, deste modo, a definição de um quadro de efectivos bastante racional e com potencialidades para transformar as carreiras, tornando-as mais atractivas.”***

Sem dúvida que o processo de reforma das Forças Armadas, associado às orientações constantes das “Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional”, o Regime Geral das Forças Armadas<sup>17</sup>, dão os pressupostos e fundamentação para melhor compreensão dessas inovações.

## Conclusões

Deve-se reconhecer que o trabalho resultou, de facto, num projecto mais harmonizado e integra sugestões, propostas, soluções técnicas e organizacionais inovadoras, racionais e mais eficazes bem como opções de sistematização modernas. Enfim, abre novas oportunidades aos quadros e a carreira militar em geral.

Também, tendo em consideração que a estratégia de defesa e segurança nacional estabelece o reforço da autoridade do Estado, a salvaguarda das liberdades individuais, a eficácia e o prestígio das Forças Armadas, a estrutura criada permite, de facto, melhor inserção do país em mecanismos de segurança cooperativa, visto que nessa nova configuração as Forças Armadas podem responder melhor às eventuais agressões, ameaças e às solicitações da cooperação internacional, mas ao mesmo tempo aos desafios da segurança nacional.

Mesmo para um pequeno país insular como Cabo Verde a sua defesa e segurança dependem bastante da dissuasão – que resulta da integração de sistemas de segurança colectiva - da prevenção – que pode evitar situações de conflito - e da

---

<sup>17</sup> Regime Geral das FA aprovado pela Lei nº 89/VI/2006, de 9 de Janeiro



capacidade de projecção e presença de forças para: a defesa do espaço de soberania, para o combate ao terrorismo transnacional; o patrulhamento marítimo, a fiscalização da ZEE, a busca e salvamento; a participação em tarefas internas de segurança, reforçando as forças e serviços de segurança, ao lado do sistema de protecção civil e da protecção ambiental e, finalmente, a participação em operações humanitárias e de apoio à paz, sob a égide da ONU.

Também ficou reforçada com a criação da Escola Militar a capacidade de formação de quadros, pois a Escola tem responsabilidade completa pela concepção, programação e por todo o processo de formação, instrução e treino das tropas. Outra função recuperada, em termos institucional é formação cívica que as ultimas orgânicas deixava na responsabilidade directa dos comandos e sem uma estrutura que cuidasse dessa importante área de formação; a Direcção de Acção Cívica vem cobrir uma lacuna essencial para a nossa instituição. Estou convencido que tudo isso, associado ao Programa Soldado/Cidadão, as FA ficaram melhor apetrechadas para o trabalho com os jovens conscritos e para apoiar a sociedades nos seus anseios com essa camada.

Convém ressaltar que, neste novo desenho orgânico não ficam de fora outras missões de interesse público nem a intervenção das Forças Armadas em situações de estado de sítio ou de emergência.

Portanto, conjugado com o conjunto de Decretos-Regulamentares dos diversos Comandos e Serviços, deve-se, com sobriedade, afirmar que se obteve um edifício normativo moderno, de grande qualidade e bem conseguido!

*\* Artigo publicado na Revista Segurança e Defesa, no seu número 11, referente ao trimestre Outubro – Dezembro de 2009*